



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO MILITAR DO NORDESTE – 10ª REGIÃO MILITAR  
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO  
POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO DE TERESINA**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/15-FUSEx/2º BEC  
(FUSEx - FATOR DE CUSTO - PASS)**

**CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS), COOPERATIVAS DE SAÚDE, PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS REABILITAÇÃO, HEMOTERAPIA, NEFROLÓGICAS, HOME CARE (ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR), CLÍNICAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA EM TRATAMENTO DO ALCOOLISMO E OUTRAS DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS.**

**TERESINA – NOVEMBRO DE 2015**

**PARA VIGÊNCIA 2016**

## **ÍNDICE**

### **SUMÁRIO**

1. DA CONVOCAÇÃO
2. DO OBJETO
3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO
4. DA HABILITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DOS RECURSOS FINANCEIROS
6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES
7. DO REGIME DE EXECUÇÃO
8. DO PREÇO REGRAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
9. DO REAJUSTE
10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE
11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS
12. DAS SANÇÕES
13. DA RESCISÃO
14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES
16. DOS FORMULÁRIOS (MODELOS DE DOCUMENTOS)
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
18. DO FORO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO MILITAR DO NORDESTE  
10ª REGIÃO MILITAR  
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO  
POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO DE TERESINA

## **EDITAL nº 001/15-FUSEx/2º BEC**

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS), COOPERATIVAS DE SAÚDE, PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS REABILITAÇÃO, HEMOTERAPIA, NEFROLÓGICAS, HOME CARE (ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR), CLINICAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA EM TRATAMENTO DO ALCOOLISMO E OUTRAS DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS.

### **1. DA CONVOCAÇÃO**

**1.1-A União**, por intermédio do **2º Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC)**, Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **07.549.168/0001-08** (UG Matriz) e **07.549.168/0002-80** (UG Secundária), com sede na Avenida Frei Serafim, 2833, Centro, CEP 64000-020, Teresina-PI, representado por seu **Comandante e Ordenador de Despesas, MARCELO PEREIRA LIMA DE CARVALHO, Coronel**, CPF nº 981.073.997-49, cuja Comissão de Credenciamento foi designada pelo Ordenador de Despesas e publicada no Boletim Interno nº 155, de 17 de agosto de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a Seleção e o Credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA), por meio de processo de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, para a prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar, Pré-Hospitalar, Odontológica, Laboratorial, Reabilitação, nefrológicas, Assistência Médico-Domiciliar, Clínicas Médicas Especializadas em Assistência Terapêutica em Tratamento do Alcoolismo e outras Dependências químicas e outros serviços de saúde de caráter complementares, de natureza contínua aos beneficiários dos sistemas FUSEx/PASS, com base nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, subordinando-se em tudo o que for aplicável, à Lei nº 8.666/1993.

**1.1.1 - Período para o recebimento das propostas:** 5 (cinco) dias corridos, durante o período de 24 a 28 de dezembro de 2015;

**1.1.2- Horário para a entrega das propostas:** nos seguintes horários: 07:00h às 12:00h e 14:00 às 17:00, de forma presencial;

**1.1.3 - Local da entrega das propostas:** no Posto Médico da Guarnição de Teresina (Comissão de Credenciamento), na Rua Professor José Amável, 353, Cabral, CEP: 64.000-550, Teresina-PI, Telefones: 99454-8411 Subtenente PAULO HENRIQUE e Sargento GEORDANA;

**1.1.4 - Sessão pública para análise da documentação de habilitação:** 14:00 horas (horário local) do dia 29 de dezembro de 2015, no Salão de Honra do 2º BEC, situado à Avenida Frei Serafim, nº 2833, Centro, Teresina-PI.

**1.2** - O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições da seguinte legislação infraconstitucional:

**1.2.1**- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos dos Municípios e do Distrito Federal);

**1.2.2** - Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos);

**1.2.3** - Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal);

**1.2.4**- Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 (Dispõe sobre a unificação dos recursos do Tesouro Nacional);

**1.2.5** - Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986 (Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar aos militares e seus dependentes);

**1.2.6** - Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001 (Regulamenta o Art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

**1.2.7** - Portaria Ministerial nº 258, de 22 de abril de 1992 (IG 10-48) – Disciplina a realização de convênios administrativos, acordos, ajustes ou similares entre o Exército Brasileiro e outras organizações, públicas ou particulares;

**1.2.8** - Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02) – Estabelece as normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução de licitações e contratos no âmbito do Exército Brasileiro;

**1.2.9** - Portaria nº 515-Cmt Ex, de 11 de outubro de 2001 (IG 12-04) – Regula as instruções gerais para consignação de descontos em folha de pagamento;

**1.2.10** - Portaria nº 653-Cmt Ex, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32) – Regula as instruções gerais para o Fundo de Saúde do Exército (FUSEx);

**1.2.11** - Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38) – Estabelece as instruções reguladoras para a assistência médico-hospitalar aos beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx);

**1.2.12** - Portaria nº 878-Cmt Ex, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16) – Regula as instruções gerais para o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército, Pensionistas Militares e seus Dependentes (SAMMED);

**1.2.13** - Portaria nº 281-DGP, de 12 de dezembro de 2007 (IR 30-56) – Estabelece as instruções reguladoras para o fornecimento de medicamento de custo elevado aos beneficiários do FUSEx;

**1.2.14** - Portaria nº 422-Cmt Ex, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18) – Regula as instruções gerais da Prestação de Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro (PASS);

**1.2.15** - Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57) – Estabelece as instruções reguladoras da Prestação de Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro (PASS);

**1.2.16** - Portaria nº 396-Cmt Ex, de 16 de junho de 2008 (Estabelece as normas para a correlação entre servidores civis e militares no âmbito do Exército Brasileiro);

**1.2.17** - Portaria nº 727-Cmt Ex, de 8 de outubro de 2007 (Trata da delegação de competência para a prática de atos administrativos no âmbito do Exército Brasileiro);

**1.2.18** - Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2008, do Ministério da Saúde (Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência);

**1.2.19** - Portaria nº 544-MARE, de 26 de fevereiro de 1996 (Trata do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

**1.2.20** - Portaria nº 466, de 4 de junho de 1998, do Ministério da Saúde (Estabelece o Regulamento Técnico para o Funcionamento dos Serviços de Tratamento Intensivo e seus respectivos anexos);

**1.2.21** - Instrução Normativa nº 05-MARE, de 21 de julho de 1995 (Estabelece os procedimentos destinados à implantação e operacionalização do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e de Sistema de Serviços Gerais – SICAF/SISG);

**1.2.22** - Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008 (Disciplinar a contratação de serviços, continuados ou não);

**1.2.23** - Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 11 de outubro de 2010 (Estabelece os procedimentos para a operacionalização dos módulos e subsistemas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG); e

**1.2.24** - Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 16 de agosto de 2011 (Estabelece os procedimentos para a operacionalização dos módulos e subsistemas que compõem o SIASG, nos órgãos da Administração Pública Federal que integram o SISG).

**1.3** - Integram este Edital, os Anexos a seguir relacionados:

<b>Anexo A</b>	Minuta de Termo de Contrato Hospitais e Maternidades - Grupo 3 e 4
<b>Anexo B</b>	Minuta de Termo de Contrato Hospital/Clínica Especializado - Grupo 2
<b>Anexo C</b>	Minuta de Termo de Contrato Hospital-Dia - Grupo 1
<b>Anexo D</b>	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas Odontológicas
<b>Anexo E</b>	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas de Reabilitação
<b>Anexo F</b>	Declaração de Fatos Impeditivos
<b>Anexo G</b>	Minuta de Termo de Contrato - CDR
<b>Anexo H</b>	Modelo de orçamento
<b>Anexo I</b>	Minuta de Termo de Contrato Para Laboratório
<b>Anexo J</b>	Minuta de Termo de Contrato de PSA (Assistência Médica)
<b>Anexo K</b>	Minuta de Termo de Home Care (assistência Domiciliar)
<b>Anexo L</b>	Referencial de Custos de Serviços de Saúde
<b>Anexo M</b>	Relatório da Visita de Avaliação Hospitalar (Para Credenciamento)
<b>Anexo N</b>	Relatório Auditoria Operacional (Para Classificação Hospitalar)
<b>Anexo O</b>	Modelo de Carta Proposta
<b>Anexo P</b>	Declaração sobre Trabalho de Menor de Idade
<b>Anexo Q</b>	Declaração de Ausência de Servidor no Quadro de Funcionários

<b>Anexo R</b>	Pedido de Recurso de Glosa
<b>Anexo S</b>	Boletim de Atendimento de Urgência (OCS) - Modelo
<b>Anexo T</b>	Ficha de Autorização para Atendimento de Urgência - FUSEx
<b>Anexo U</b>	Ficha de Autorização para Atendimento de Urgência - FATOR DE CUSTO
<b>Anexo V</b>	Ficha de Autorização para Atendimento de Urgência - PASS
<b>Anexo W</b>	Termo de Ajuste Prévio
<b>Anexo X</b>	Pedido de Autorização para Internação
<b>Anexo Y</b>	Guia de Encaminhamento - Modelo
<b>Anexo Z</b>	Modelo de Requerimento para Credenciamento de PSA
<b>Anexo AA</b>	Minuta de Termo de Convênio com Centro de Hematologia e Hemoterapia
<b>Anexo BB</b>	Minuta de Termo de Contrato de Serviços Anestesiológicos

**1.4** - O presente Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos, na Av. Frei Serafim, 2833, Centro, Teresina-PI, no horário de **09:00** às **11:45h** e das **14:00** às **16:45h**, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente no turno de trabalho no 2º BEC.

**1.5** - A documentação mencionada no subitem anterior também poderá ser consultada gratuitamente na página do 2º Batalhão de Engenharia de Construção (**[www.2bec.eb.mil.br](http://www.2bec.eb.mil.br)**) ou entrando em contato pelo telefone (86) **99931-9060 (Tenente CHARLYS ou Tenente Nathalia)**, sanar dúvidas e, se for o caso, solicitar esclarecimentos adicionais por intermédio do telefone indicado, diretamente com um dos componentes da Comissão Especial de Credenciamento.

## **2. DO OBJETO**

**2.1** - O objeto deste Edital é o credenciamento de Organizações Civas de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA), para a prestação de serviços complementares de Assistência Médico-Hospitalar, Ambulatorial, Atendimento de Urgência/Emergência em regime de 24 horas diárias, Pré-Hospitalar, Odontológica, Reabilitação, Hemoterapia, Nefrologia, Home Care (Assistência Médica Domiciliar) e clínicas médicas especializadas em assistência terapêutica em tratamento do alcoolismo e outras dependências químicas aos beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx) e seus dependentes e aos Servidores Civas do Exército Brasileiro beneficiários da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar (PASS) e seus dependentes, conforme as disposições legais competentes.

**2.2** - O credenciamento de Organizações Civas de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) tem por finalidade proporcionar à Administração a comprovação de que a empresa possui as condições legais e técnicas necessárias, conforme os preceitos estabelecidos no Art. 27 da Lei nº 8.666/93, para a contratação por inexigibilidade de licitação, objetivando a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, odontológicos, laboratoriais, assistência médico-domiciliar e outros serviços de saúde a serem complementados, em caráter complementar, de natureza contínua.

**2.3** - A prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar, Assistência Médica Domiciliar, Ambulatorial e Atendimento de Emergência/Urgência abará as seguintes áreas médico-odonto-hospitalares, laboratoriais e fisioterapêuticas:

**2.3.1 - Hospital Geral e de Referência, conforme as seguintes especificações mínimas:**

**2.3.1.1 - Atendimento médico-hospitalar ou em consultório**, com disponibilidade para agendamento de consultas eletivas, com hora marcada.

**2.3.1.1.1** - As seguintes profissões médicas e respectivas especialidades clínicas e cirúrgicas poderão ser prestadas: alergologia, anatomia patológica e citopatologia, anestesiologia, angiologia (cirurgia vascular e linfática), braquiterapia (radioterapia para próstata), cardiologia, cirurgia geral, cirurgia do aparelho digestivo (órgãos anexos e parede abdominal), cirurgia cardíaco-hemodinâmica, cirurgia de mama, cirurgia da mão, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica e reparadora, cirurgia torácica, clínica médica, dermatologia clínico-cirúrgica, endocrinologia, endoscopia digestiva (CPRE), fisioterapia; fonoaudiologia, gastroenterologia, geriatria e gerontologia, ginecologia e obstetrícia, hematologia, imagiologia (raios-x simples e contrastado, ultrassonografia, ecocardiografia, tomografia e ressonância magnética), infectologia, medicina física e reabilitação, medicina nuclear, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, neurofisiologia, nutrição, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, terapia ocupacional, terapia semi-intensiva neonatal, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, proctologia, psicologia, psiquiatria, quimioterapia, radiodiagnóstico, reumatologia e urologia (litotripsia e urodinâmica) e uroginecologia; e

**2.3.1.1.2** - As profissões e especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.

**2.3.1.2 - Serviços Auxiliares de Diagnósticos e de Tratamentos**, sendo obrigatória a existência de Laboratório de Análises Clínicas e de Serviço de Diagnóstico por Imagem, todos com disponibilidade para atendimento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, nas instalações da OCS a ser contratada;

**2.3.1.3 - Pronto-Socorro Geral** para atendimento dos casos de urgência e de emergência;

**2.3.1.3.1** - Deverão compor a equipe médica as seguintes especialidades clínicas e cirúrgicas: pediatria, neurologia, clínica médica, cardiologia, obstetrícia, cirurgia geral e ortopedia; e

**2.3.1.3.2** - As especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.

**2.3.1.4 - Centro Cirúrgico Geral** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais solicitados pelos médicos aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.1.5 - Centro de Terapia Intensiva** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital de Credenciamento;

**2.3.1.5.1** - O CTI deverá possuir as seguintes características mínimas: ser uma unidade físico-funcional do CREDENCIADO; com área física própria; com aparelhagem e equipe técnica especializada e permanente, incluindo médicos plantonistas durante 24 (vinte e quatro) horas por dia;

**2.3.1.5.2** - O CTI deverá dispor de cardioversor, monitor cardíaco, monitorização de pressão não invasiva e invasiva, oxímetro de pulso, aspirador de secreções, eletrocardiógrafo, respirador de volume, bomba de infusão, gases medicinais e materiais necessários para a assistência do paciente, tais como equipamentos para assistência respiratória, hemoterápica, dissecação e punção de acesso central, traqueostomia; e

**2.3.1.6 - CTI Pediátrico**, que deverá conter, além dos listados no subitem acima, equipamentos específicos para assistência pediátrica e neonatal, tais como berço aquecido, incubadora, CPAP e HOOD;

**2.3.1.7 - Unidade de Hemodinâmica**, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.1.8 - Centro de Hemodiálise** para atendimento hospitalar e ambulatorial, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital; e

**2.3.1.9 - Unidade para Tratamento de Doenças Coronarianas**, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital.

**2.3.2 - Hospital Geral com Maternidade, com as seguintes especificações mínimas:**

**2.3.2.1 - Atendimento médico-hospitalar ou em consultório**, com disponibilidade para agendamento de consultas eletivas, com hora marcada;

**2.3.2.1.1** - As seguintes profissões e respectivas especialidades clínicas e cirúrgicas poderão ser prestadas: alergologia, anatomia patológica e citopatologia, anestesiologia, angiologia (cirurgia vascular e linfática), braquiterapia (radioterapia para próstata), cardiologia, cirurgia geral, cirurgia do aparelho digestivo (órgãos anexos e parede abdominal), cirurgia cardíaco-hemodinâmica, cirurgia de mama, cirurgia da mão, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica e reparadora, cirurgia torácica, clínica médica, dermatologia clínico-cirúrgica, endocrinologia inologia, endoscopia digestiva (cpre), fisioterapia; fonoaudiologia, gastroenterologia, geriatria e gerontologia, ginecologia e obstetrícia, hematologia, imaginologia (raios-x simples e contrastado, ultrassonografia, ecocardiografia, tomografia e ressonância magnética), infectologia, medicina física e reabilitação, medicina nuclear, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, neurofisiologia, nutrição, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, terapia ocupacional, terapia semi-intensiva neonatal, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, proctologia, psicologia, psiquiatria, quimioterapia, radiodiagnóstico, reumatologia e urologia (litotripsia e urodinâmica) e uroginecologia; e

**2.3.2.1.2** - As profissões e especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.

**2.3.2.2 - Serviços Auxiliares de Diagnóstico e de Tratamento**, sendo obrigatória a existência de Laboratório de Análises Clínicas e Serviço de Diagnóstico por imagem, todos esses com disponibilidade de atendimento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, nas instalações da OCS a ser contratada;

**2.3.2.3- Pronto-Socorro Geral** para atendimento de casos de urgência e emergência;

**2.3.2.3.1** - Poderão compor a equipe médica as seguintes especialidades clínicas e cirúrgicas: pediatria, ginecologia, obstetrícia, clínica médica, cardiologia, cirurgia geral, neonatologia e ortopedia; e

**2.3.2.3.2** - As especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.



**2.3.2.4 - Centro Cirúrgico Geral** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.2.5 - Centro de Terapia Intensiva** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.2.5.1** - O CTI deverá possuir as seguintes características mínimas: ser uma unidade físico-funcional do CREDENCIADO; com área física própria; com aparelhagem e equipe técnica especializada e permanente, incluindo médicos plantonistas durante 24 (vinte e quatro) horas por dia; e

**2.3.2.5.2** - O CTI deverá dispor de cardioversor, monitor cardíaco, monitorização de pressão não invasiva e invasiva, oxímetro de pulso, aspirador de secreções, eletrocardiógrafo, respirador de volume, bomba de infusão, gases medicinais e materiais necessários para a assistência do paciente, tais como equipamentos para assistência respiratória, hemoterápica, dissecação e punção de acesso central, traqueostomia.

**2.3.2.6 - CTI Pediátrico**, que deverá conter, além dos listados no subitem acima, equipamentos específicos para assistência pediátrica e neonatal, tais como berço aquecido, incubadora, CPAP e HOOD;

**2.3.2.7 - Berçário de Cuidados Básicos (BCB), Berçário de Cuidados Especiais (ALTO RISCO), Bloco Obstétrico** e suas dependências, **Pronto-Socorro Ginecológico e Obstétrico** e **Unidade de Tratamento Semi-Intensivo Neonatal (UTSIN)**;

**2.3.2.8 - Unidade de Hemodinâmica** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.2.9 - Centro de Hemodiálise** para atendimento hospitalar e ambulatorial com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.2.10 - Unidade para Pacientes Coronarianos** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.2.11 - Centro Obstetrício** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital; e

**2.3.2.12 - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal** com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital.

### **2.3.3 – Hospital/Clínica Maternidade, com as seguintes especificações mínimas:**

**2.3.3.1 - Atendimento médico hospitalar** nas especialidades de Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria e Neonatologia;

**2.3.3.2 - Serviços Auxiliares de Diagnóstico e de Tratamento**, sendo obrigatória a existência de Laboratório de Análises Clínicas e Serviço de Diagnóstico por Imagem, todos estes com disponibilidade de atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia nas instalações da OCS a ser contratada;

**2.3.3.3 - Pronto-Socorro** para atendimento dos casos de urgência e emergência, com a presença contínua de equipe médica nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

**2.3.3.4 - CTI Pediátrico**, que deverá conter, além dos listados nos subitens **2.3.2.5.1** e **2.3.2.5.2**, equipamentos específicos para assistência pediátrica e neonatal, tais como berço aquecido, incubadora, CPAP e HOOD;

**2.3.3.5** - Berçário de Cuidados Básicos (BCB);

**2.3.3.6** - Berçário de Cuidados Especiais (ALTO RISCO);

**2.3.3.7** - Bloco Obstétrico e suas dependências;

**2.3.3.8** - Pronto-Socorro Ginecológico e Obstétrico;e

**2.3.3.9** - Unidade de Tratamento Semi-Intensivo Neonatal (UTSIN).

**2.3.4 - Cooperativa de Trabalho Médico em condições de prestar atendimento médico-hospitalar**, com exercício de atividades em caráter regular, vinculada ao Hospital que venham a ser credenciado, no qual a cooperativa em questão preste serviço.

**2.3.4.1** - Para a contratação de cooperativa deverão ser observados os seguintes impedimentos:

**2.3.4.1.1** - O médico cooperado não poderá possuir qualquer vínculo com o hospital credenciado, à exceção de vínculo de natureza estatutária, consubstanciado em diretoria sem subordinação ou participação societária;

**2.3.4.1.2** - O médico cooperado não poderá ser subordinado à administração do hospital credenciado, por exemplo, quanto à definição de escala de trabalho, controle de frequência, *etc.*;

**2.3.4.1.2.1** - A definição da escala de trabalho ocorrerá entre a administração hospitalar e a cooperativa; e

**2.3.4.1.2.2** - A indicação do médico prestador de serviço dar-se-á por parte da cooperativa, sem que o hospital credenciado possa indicar ou recusar determinado profissional.

**2.3.4.1.3** - O hospital credenciado não poderá realizar pagamentos, ou outras transferências a que título for, diretamente, para os médicos cooperados.

**2.3.4.2** - Serão consideradas as cooperativas médicas que, como entidades sem fins lucrativos, prestarem serviços exclusivamente na captação de clientes e no suporte administrativo aos médicos-cooperados.

**2.3.5 - Hospital ou Clínica Oftalmológica, atendendo às seguintes especificações mínimas:**

**2.3.5.1** - Consulta padrão, conforme prevê a Associação Médica Brasileira (AMB);

**2.3.5.2** - Procedimentos diagnósticos básicos; a saber: curva tensional diária, campimetria, mapeamento de retina, retinografia, fonometria e visão subnormal; e

**2.3.5.3** - Procedimentos terapêuticos nas áreas de conjuntiva, córnea, câmara anterior, cristalino, vítreo e retina.

**2.3.6 - Hospital ou Clínica Psiquiátrica, atendendo às seguintes especificações mínimas:**

**2.3.6.1** - Serviço de urgência e emergência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, com presença física de médico especialista em psiquiatria;

**2.3.6.2** - Disponibilidade de acomodações adequadas para os pacientes, em ambiente individual ou coletivo e, ainda, isolamento para casos selecionados;

**2.3.6.3** - Equipe multidisciplinar composta por médico clínico, neurologista, psicólogo e terapeuta ocupacional;

**2.3.6.4** - Suporte de Laboratório de Análises Clínicas para os casos em que houver necessidade;

**2.3.6.5** - Enfermagem especializada em remoção domiciliar, caso seja necessário;  
e

**2.3.6.6** - Unidade para tratamento de dependentes químicos, separada das alas de pacientes em tratamento psiquiátricos.

### **2.3.7 - Hospital Infantil**

**2.3.7.1** - O Hospital Infantil deve contar com centros de atendimentos em várias áreas clínicas e cirúrgicas infantis: Alergologia, Cardiologia, Cirurgia, Cirurgia Cardíaca, Cirurgia Buco-Maxilo-Facial, Dermatologia, Endocrinologia, Fonoaudiologia, Gastrenterologia, Ginecologia Infanto-Puberal, Nefrologia, Neurologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Puericultura, Pneumologia, Traumatologia, Urologia, Anestesia e outras especialidades infantis.

**2.3.7.2** - O Hospital Infantil deve está apto a realizar tratamento clínico e cirúrgico, eletivos ou emergenciais, serviços ambulatoriais e pronto-atendimentos, com as especialidades médicas que atendam as necessidades pediátricas, inclusive com exames complementares infantis: Audiometria, Ecodopplercardiograma (com fluxo a cores), Emissão Otoacústica Evocada (Teste da Orelhinha), Endoscopia Digestiva, Eletrocardiologia, Eletroencefalograma, Mapeamento Cerebral, Radiologia, Timpanometria, Tomografia Computadorizada, Ultrassonografia, Vídeo Antrostomia Nasal, Vídeo Laringoscopia (com fibra ótica), etc.

### **2.3.8 - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN)**

**2.3.8.1** - A UTIN deve possuir serviços hospitalares voltados para o atendimento de recém-nascido grave ou com risco de morte, assim considerados:

**2.3.8.1.1** - Recém-nascidos de qualquer idade gestacional que necessitem de ventilação mecânica ou em fase aguda de insuficiência respiratória com FiO2 maior que 30% (trinta por cento);

**2.3.8.1.2** - Recém-nascidos menores de 30 (trinta) semanas de idade gestacional ou com peso de nascimento menor de 1.000 gramas;

**2.3.8.1.3** - Recém-nascidos que necessitem de cirurgias de grande porte ou pós-operatório imediato de cirurgias de pequeno e médio porte;

**2.3.8.1.4** - Recém-nascidos que necessitem de assistência de nutrição parenteral; e

**2.3.8.1.5** - Recém-nascidos críticos que necessitem de cuidados especializados, tais como: uso de cateter venoso central, drogas vasoativas, prostaglandina, uso de antibióticos para tratamento de infecção grave, uso de ventilação mecânica ou FiO2 maior que 30% (trinta por cento), transfusão de hemoderivados.

**2.3.8.2** - A UTI na modalidade Neonatal deve estar capacitada para atender pacientes na faixa etária de 0 (zero) a 28 (vinte e oito) dias de idade.

### **2.3.9 - Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica**

**2.3.9.1** - A UTI Pediátrica deverá ser composta por equipe multiprofissional especializada e possuir suporte avançado para atendimento das crianças que necessitem de cuidados intensivos;

**2.3.9.2** - A UTI na modalidade Pediátrica deve estar capacitada para atender pacientes na faixa etária de 29 (vinte e nove) dias a 18 (dezoito) anos de idade incompletos;  
e

**2.3.9.3** - Os beneficiários do FUSEx, PASS ou FATOR DE CUSTO na faixa etária de 14 (quatorze) a 18 anos de idade incompletos podem ser atendidos nas Unidades de Tratamento Intensivo Adulto ou Pediátrico, de acordo com o manual de rotinas da respectiva UTI.

### **2.3.10 - Unidade de Terapia Intensiva para Adultos**

**2.3.10.1** - A Unidade de Terapia Intensiva Adulto deve prestar atendimento a pacientes graves e de risco que exijam assistência médica e de enfermagem ininterruptas, devendo, para isso, possuir equipamentos e recursos humanos especializados.

**2.3.10.2** - A UTI para Adultos deve funcionar atendendo a um parâmetro de qualidade que assegure a cada paciente:

**2.3.10.2.1** - Direito à sobrevida, assim como a garantia, dentro dos recursos tecnológicos existentes, da manutenção da estabilidade de seus parâmetros vitais;

**2.3.10.2.2** - Direito a uma assistência humanizada;

**2.3.10.2.3** - Uma exposição mínima aos riscos decorrentes dos métodos propedêuticos e do próprio tratamento em relação aos benefícios obtidos; e

**2.3.10.2.4** - Monitoramento permanente da evolução do tratamento assim como de seus efeitos adversos.

**2.3.10.3** - Esta modalidade de UTI deverá estar capacitada para prestar atendimento a pacientes com idade acima de 14 (quatorze) anos.

### **2.3.11 - Unidade de Tratamento Intensivo Especializada**

**2.3.11.1** - AUTI Especializada deverá estar capacitada para realizar atendimento aos beneficiários do FUSEx, PASS e FATOR DE CUSTO em uma especialidade médica ou selecionada por grupos de patologias, devendo compreender: Cardiológica, Coronariana, Neurológica, Respiratória, Trauma, Queimados, dentre outras.

**2.3.11.2** - Além das UTI Especializada, os demais serviços de tratamento intensivo (CTI/UTSI/STIM), as especificações e a regulamentação técnica para o funcionamento desses serviços devem cumprir as condicionantes estabelecidas pela Portaria nº 466, de 4 de junho de 1998, do Ministério da Saúde.

**2.3.12- Clínica de Reabilitação:** Serviços nas áreas de Fisioterapias em geral e especializadas; Medicina na especialidade de Acupuntura; Fonoaudiologia; Terapia Ocupacional; e Psicologia.

**2.3.12.1** - Deverá possuir fisioterapeutas especializados para promover o atendimento específico e individualizado, de acordo com a doença e com a condição clínica de cada paciente pelo FUSEx, PASS ou FATOR DE CUSTO;

**2.3.12.2** - O encaminhamento de beneficiários para atendimento em OCS credenciada será realizado em caráter complementar ao atendimento prestado nas instalações do CREDENCIANTE. O beneficiário poderá ser encaminhado a partir do atendimento em consultório do CREDENCIANTE;

**2.3.12.3** - A solicitação do encaminhamento para realização dos serviços em OCS credenciada será feita após bem avaliar o custo benefício, a conveniência do encaminhamento e a indisponibilidade do serviço nas instalações do próprio CREDENCIANTE; e

**2.3.12.4** - A escolha da empresa que prestará o serviço, dentre as empresas disponíveis na rede de conveniados do CREDENCIANTE, sempre será um direito do beneficiário, não havendo por parte do CREDENCIANTE obrigação de prover demanda mínima de encaminhamentos ao CREDENCIADO.

### **2.3.13 - Laboratório de Análises Clínicas e/ou de Citopatologia.**

**2.3.13.1** - O laboratório hospitalar de análises clínicas deverá possuir capacidade técnica e operacional para realizar exames com conhecimento científico, tecnologia e qualidade para subsidiar no diagnóstico e tratamento das patologias, nas áreas de Hematologia, Microbiologia, Imunologia, Química Clínica e Parasitologia; e

**2.3.13.2** - Deverá estar habilitado com equipamentos modernos e com pessoal especializados, com capacidade para realizar exames hematológicos, dosagens bioquímicas, urinálises, parasitológicos, imunológicos, citopatológicos, hormônios, entre outros.

**2.3.14- Clínica Odontológica** nas seguintes especialidades: Cirurgia Buco-Maxilo-Facial; Endodontia; Periodontia; Prótese; Estomatologia; Implantodontia; Odontopediatria; Ortodontia; e Ortopedia Funcional dos Maxilares.

**2.3.15 - Clínica de Especialidades Médicas, abrangendo as seguintes áreas e serviços:** Diagnósticos Cardiológicos; Tratamento Nefrológico; Cardiologia Fetal; Diagnósticos Gastroenterológicos; Hemoterapias, Diagnósticos Otorrinolaringológicos; Diagnósticos Neurológicos; Tratamento por Quimioterapia; Tratamento por Radioterapia e outras especialidades.

### **2.3.16 – Clínica ou Centro de Doenças Renais**

**2.3.16.1** - A OCS deverá oferecer para os beneficiários do FUSEx/PASS portadores de Insuficiência Renal Crônica (IRC) e Insuficiência Renal Aguda (IRA) o melhor tratamento disponível no mercado, com uma equipe multidisciplinar especializada, utilizando equipamentos de última geração e materiais com padrão de qualidade reconhecido pela ANVISA.

**2.3.16.2** - Para assegurar a qualidade da água, a OCS deverá dispor de equipamentos Osmose Reversa, tanto no Centro de Diálise Ambulatorial como nas Unidades Móveis de Diálise (UMD) que atenda aos beneficiários internados nas OCS credenciadas com o FUSEx/2º BEC.

**2.3.16.3** - A UMD da OCS deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

**2.3.16.3.1** -Máquina de Diálise;

**2.3.16.3.2** - Sistema portátil de tratamento de água a base de Osmose Reversa; e

**2.3.16.3.3** - Capilares, linhas arteriais e Venosas e Kit de solução para HD e outros materiais necessários.

### **2.3.17 – Centro de Hematologia e Hemoterapia**

**2.3.17.1** - O serviço será oferecido aos beneficiários do FUSEx/PASS, na forma de captação, análise e classificação e processamento dos elementos coletados, de acordo com as normas da ANVISA, por intermédio de convenio com o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Piauí – HEMOPI, acordados com o FUSEx.

**2.3.17.2** - Os valores dos serviços serão os oferecidos pela OCS em forma de PACOTES conforme constam no Anexo L deste Edital.

**2.3.17.3** - Para efeito dos serviços que deverão ser prestados ao FUSEx/2º BEC consideram-se Hemocomponentes, Concentrados de Hemácias (pediátricos e lavadas), Plaquetas, Plasmas, Crio e Sangue Total.

**2.3.17.4** - A requisição de material de Hematologia e Hemoterapia deverá ser formalizada pela OCS credenciada com o FUSEx, diretamente junto ao Centro de Hematologia e Hemoterapia, por escrito, em 3 (três) vias, com todos os campos preenchidos, de forma correta, clara e sem emenda ou rasuras.

### **2.3.18 – Home Care – Atendimento e assistência Domiciliar**

**2.3.18.1** – O serviço será oferecido aos beneficiários do FUSEx/PASS, por intermédio de instituição especializadas regularizadas, a prestação de Serviços de Assistência e Atendimento domiciliar (Home Care), com suporte médico, de enfermagem, fisioterápico, fonoaudiólogo, psicólogo, aparelhagens, materiais medicamentos equipamentos e outros necessários a assistência do beneficiário, acordados com o FUSEx.

**2.3.18.2** – Os valores dos serviços serão os oferecidos pela OCS em forma de PACOTES conforme constam no Anexo L deste Edital.

**2.3.19- O credenciamento de PSA (Profissionais de Saúde Autônomos)** tem como objetivo suprir as necessidades nas seguintes especialidades: Acupuntura; Alergologia; Anestesiologia; Angiologia (Cirurgia Vascular e Linfática); Cardiologia; Cirurgia Geral; Dermatologia; Clínico-Cirúrgica; Endocrinologia; Endoscopia Digestiva (CPRE); Gastroenterologia; Geriatria e Gerontologia; Ginecologia e Obstetrícia; Hematologia; Infectologia; Medicina Física e Reabilitação; Medicina Nuclear; Nefrologia; Neurocirurgia; Neurologia; Neurofisiologia; Oftalmologia; Ortopedia e Traumatologia; Fisioterapia; Terapia Semi-Intensiva Neonatal, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pneumologia, Proctologia, Psiquiatria; Reumatologia; Urologia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Terapia Ocupacional; Psicologia; Nutrição; e Cirurgia Buco-Maxilo-Facial.

**2.3.20- Hospital-Dia e Clínica Básica Incompleta:** realiza atendimentos básicos, conforme a definição seguinte:

**2.3.20.1 - Clínica Básica Incompleta:** estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência médica, em duas ou três especialidades médicas básicas, sem atendimento de urgência/emergência; e

**2.3.20.2 – Hospital-Dia:** estabelecimento de saúde com internação hospitalar de curta duração, de caráter intermediário entre a assistência ambulatorial e a hospitalização com permanência de 6 (seis) a 12 (doze) horas, sem atendimento de urgência/emergência.

**2.4** - Os serviços objeto deste credenciamento serão prestados diretamente por profissional da própria CONTRATADA ou por profissionais por ela contratados, colocando à disposição dos usuários suas instalações, seus equipamentos e quadro técnico-profissional qualificado.

**2.5-** É vedado ao CREDENCIADO delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste credenciamento.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

**3.1** - Poderão habilitar-se, para credenciamento, pessoas físicas e/ou jurídicas de acordo com as necessidades listadas no **item 2.3** deste Edital e que apresentarem Carta-Proposta e/ou Requerimento, com os valores especificados neste instrumento, obedecidos à legislação em vigor.

**3.2** - Não poderão participar deste credenciamento:

**3.2.1** - Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital de Credenciamento.

**3.2.1.1** - Excepciona-se o disposto acima, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, que apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

**3.2.1.2** - A autorização da assembléia dos sócios deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade; e

**3.2.1.3** - Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembléia ou o documento equivalente.

**3.2.2**- Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

**3.2.3** - Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com o 2º Batalhão de Engenharia de Construção (Art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93);

**3.2.4** - Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**3.2.5** - Pessoas jurídicas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

**3.2.6**- Pessoa física em processo de insolvência civil;

**3.2.7** - Quaisquer interessados que se enquadrar nas vedações previstas no Art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

**3.2.8** - Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da comissão de licitação responsável por este Edital, da Seção de Auditoria e Lisura de Contas Médicas, médico e enfermeiros auditores e dos que exercerem as funções de Ordenador de Despesas e Gestor do FUSEx;

**3.2.9**- OCS que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

**3.2.9.1** - No caso do subitem anterior a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade.

**3.2.10** - OCS que tenha em seu quadro de pessoal, sob qualquer modalidade de vínculo funcional (funcionário, sócio, proprietário, diretor, etc), militares da ativa ou servidores civis em exercício do Exército Brasileiro ou militares da reserva remunerada (aposentados) designados como Prestadores de Tarefa por Tempo Certo, lotados em qualquer Organização Militar (OM), conforme estabelece o Art.9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

**3.3** - O prazo para o credenciamento dos interessados na prestação dos serviços, que preencherem os requisitos do Edital, iniciar-se-á a partir da data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União, em Jornal de Circulação no Estado do Piauí e em Jornal de Circulação no Município ou Região em que serão prestados os serviços, em qualquer momento.

**3.3.1** - A cada ano a publicação deste instrumento de credenciamento deverá ser refeita no Diário Oficial da União e em Jornal de Circulação no Estado do Piauí;

**3.3.2** - As **Cartas Proposta** e os **requerimentos** para o credenciamento deverão ser apresentados **em envelope fechado, lacrado e rubricado** pelo proponente.

**3.3.2.1** - O envelope deverá conter na parte interna os seguintes dizeres:

AO 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO  
 PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO DE OCS (ou PSA)  
 Nome da Pessoa Jurídica (OCS) ou Pessoa Física (PSA): .....  
 CNPJ (OCS) ou CPF (PSA): .....

**3.3.3** - O recebimento da documentação ocorrerá nos dias de expediente no Posto Médico da Guarnição de Teresina (Comissão de Credenciamento), na Rua Professor José Amável, 353, Cabral, Teresina/PI, no horário de 07:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feiras.

**3.4** - Para habilitar-se à contratação, a **Organização Civil de Saúde** interessada deverá apresentar "**Carta Proposta**", conforme modelo do **Anexo "O"**, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

**3.4.1** - Ser datilografada ou impressa, em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas, rasuras e de maneira completa, expressa e legível;

**3.4.2** - Declarar concordância com as regras e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

**3.4.3** - Constar dias e horários de atendimento;

**3.4.4** - Conter relação do Corpo Clínico, impressa e em meio eletrônico, constando o(s) número(s) do(s) registro(s) do profissional no conselho de classe regional respectivo e na especialidade;

**3.4.5** - Conter a relação de serviços - impressa e em meio eletrônico;

**3.4.6** - Conter a relação de equipamentos técnicos - impressa e em meio eletrônico;

**3.4.6.1** - No caso específico do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, apresentar a relação de ambulâncias correspondentes aos tipos credenciados - impressa e em meio eletrônico.

**3.4.7** - Indicar o nome do Banco e o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e

**3.4.8** - Ser datada e assinada pelo representante legal.

**3.5** - Para habilitar-se ao credenciamento, o **Profissional de Saúde Autônomo** deverá apresentar "**Requerimento para Credenciamento**", conforme o modelo do **ANEXO "Z"**, acompanhados dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

**3.5.1** - Ser impresso, em papel timbrado que a identifique, sem emendas, rasuras e de maneira completa, expressa e legível;

**3.5.2** - Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

**3.5.3** - Constar dias e horários de atendimento;

**3.5.4** - Conter a relação de serviços;

**3.5.5** - Conter a relação de equipamentos técnicos;

**3.5.6** - Indicar o nome do Banco e o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos;

**3.5.7** - Ser datado e assinado por si ou por seu representante; e

**3.5.8** - O Cirurgião-Dentista somente poderá ser credenciado para 2 (duas) especialidades, conforme o Art. 7º, letra "c)", da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966.

**3.6** - A "**Carta Proposta**" e o "**Requerimento para Credenciamento**" terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação;



**3.6.1** - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**3.7** - Cada OCS ou PSA apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação, que responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificarem-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

**3.7.1** - Por credenciais entende-se:

**3.7.1.1** - Habilitação do representante mediante procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva; e

**3.7.1.2** - Caso seja administrador de pessoa jurídica, apresentar o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprovem os poderes necessários para o uso da firma ou denominação social.

**3.7.2** - A não apresentação ou incorreção destes documentos não determinará a inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma; e

**3.7.3** - A ausência ou inabilitação do representante para um ato não impede o suprimento da deficiência, que lhe deu causa, nos atos seguintes.

**3.8** - O 2º Batalhão de Engenharia de Construção não se obriga a credenciar todas as especialidades e serviços ofertados pelo proponente, reservando-se ao direito de credenciar os serviços que entender necessários e a quantidade de proponentes adequada às demandas do FUSEx/PASS, visando disponibilizar aos beneficiários (pacientes) dos serviços mais de uma opção de prestador de serviços de saúde.

**3.9** - O 2º Batalhão de Engenharia de Construção reserva-se ao direito de encaminhar os serviços conforme sua conveniência e necessidade, não havendo, em hipótese alguma, obrigação de formação de cotas de procedimentos e de serviços, ficando reconhecida a INEXISTÊNCIA DE EXCLUSIVIDADE DA CREDENCIADA. A administração também não praticará direcionamento, mantendo a impessoalidade na definição da demanda, por contratado.

#### **4. DA HABILITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**4.1 - Habilitação jurídica:** deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

**4.1.1- Organização Civil de Saúde (OCS):**

**4.1.1.1** - Cédula de identidade do(s) representante(s) legal(is);

**4.1.1.2** - Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

**4.1.1.3** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

**4.1.1.4** - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**4.1.1.5** - *Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas*, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**4.1.1.6** - Decreto de autorização no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**4.1.1.7** - Em caso de cooperativas, conforme o Art. 19, § 3º, da IN nº 2-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008:

**4.1.1.7.1** - Inscrição do ato constitutivo deve estar acompanhada de prova dos responsáveis legais;

**4.1.1.7.2** - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;

**4.1.1.7.3** - Ata de Fundação;

**4.1.1.7.4** - Estatuto Social com a Ata da Assembléia que o aprovou;

**4.1.1.7.5** - Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que os aprovou;

**4.1.1.7.6** - Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias; e

**4.1.1.7.7** - Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

#### **4.1.2 - Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

**4.1.2.1** - Carteira de Identidade; e

**4.1.2.2** - Certidão de quitação eleitoral, nos termos dos Art. 7º, § 1º, III, e 146 do Código Eleitoral.

#### **4.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

##### **4.2.1 - Organização Civil de Saúde (OCS):**

**4.2.1.1** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

**4.2.1.2** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**4.2.1.3** - Prova de regularidade perante:

**4.2.1.3.1** - A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;

**4.2.1.3.2** - As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do interessado.

**4.2.1.4** - Certidão específica, emitida por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do Parágrafo Único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social e da União, por elas administradas;

**4.2.1.5** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**4.2.1.6** - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa; e

**4.2.1.7** - Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

#### **4.2.2 - Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

**4.2.2.1** - Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

**4.2.2.2** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**4.2.2.3** - Prova de regularidade perante:

**4.2.2.3.1** - A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administradas; e

**4.2.2.3.2** - As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do interessado;

**4.2.2.4** - Certidão específica, emitida por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social e da União, por elas administradas;

**4.2.2.5** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**4.2.2.5.1** - Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

**4.2.3** - As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

**4.2.4** - Caso o interessado seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto deste edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **4.3 - Qualificação técnica:**

##### **4.3.1 - Organização Civil de Saúde (OCS):**

**4.3.1.1** - Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

**4.3.1.2** - Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço pertinente e compatível em características com o objeto deste Edital;

**4.3.1.3** - Alvará e licença de funcionamentos válidos;

**4.3.1.4** - O responsável técnico da OCS deverá apresentar comprovação oficial que detém a responsabilidade técnica em documento emitido por parte do conselho de classe respectivo.

**4.3.1.5** - Alvará de autorização da vigilância sanitária.

#### **4.3.2 - Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

**4.3.2.1** - Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

**4.3.2.2** - Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço pertinente e compatível em características como o objeto deste Edital;

**4.3.2.3** - Alvará Localização e da Vigilância Sanitária, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço; e

**4.3.2.4** - A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional.

**4.4** - Os Profissionais de Saúde Autônomos serão credenciados nas respectivas especialidades comprovadas.

**4.5** - As **Organizações Civas de Saúde**, para a efetivação do ato de credenciamento, deverão apresentar, também:

**4.5.1** - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal – **Anexo "P"**.

**4.5.2** - Declaração atestando se possui ou não em seu quadro de pessoal, sob qualquer modalidade de vínculo empregatício, militar da ativa ou servidor civil em exercício do Exército Brasileiro ou militar da reserva remunerada (aposentado) designado como Prestador de Tarefa por Tempo Certo em qualquer Organização Militar (OM). Caso a declaração seja afirmativa, na mesma deverá constar o nome do militar e/ou servidor civil, o nome da OM onde está lotado e a especialidade/função de vinculação de trabalho com o(a) Credenciada.

**4.5.3 - Declaração de Fatos impeditivos:** declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**4.6** - Os documentos deverão ser apresentados em **cópias autenticadas**, legíveis e com vigência atualizada. Aqueles que são confeccionados pela OCS/PSA (Exemplo: corpo clínico, relação de atendimentos, preços praticados, Currículo, etc.) deverão estar sem rasuras e devidamente assinados ou rubricados (todas as folhas) e datados pelo responsável legal da OCS que a representará no contrato de credenciamento. As folhas devem ser timbradas, contendo o conter o logotipo da OCS/PSA e os dados básicos, como telefone/fax, endereço, e-mail, etc.

**4.7-** As OCS e os PSA que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

### **5. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**5.1** - Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos aos serviços prestados decorrentes deste Edital estão vinculados da seguinte forma:

**5.1.1 - Para OCS:** Orçamento Geral da União, recursos da Gestão 00001; Fonte de Recursos 0250270037 – 0250270013 – 0100000000; Programa de Trabalho Resumido

025146 – 031781 – 031778; Natureza de Despesa 339039; e Plano Interno D1SACIVOCSA – D1SAFUSOCSA – D8SAFCTOCSA; e

**5.1.2 - Para PSA:** Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001; Fonte de Recursos 0250270037 – 0250270013 – 0100000000; Programa de Trabalho Resumido 025146 – 031781 – 031778; Natureza de Despesa 339036; e Plano Interno D1SACIVPRSA – D1SAFUSPRSA – D8SAFCTPRSA.

**5.2** - Os recursos serão provenientes da Gestão 160345-Tesouro Nacional e Gestão 167345-Fundo do Exército, ambos relacionados aos Programas de Trabalho nº 05.302.0637.2887.0001, para os beneficiários do FUSEx; 05.302.0637.2059.0001, para os beneficiários do FATOR DE CUSTO; e 05.301.0750.2004.0001, para os beneficiários da PASS.

## **6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES**

**6.1** - Os habilitados, conforme a necessidade da Administração do FUSEx/2º BEC, serão convocados no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados da data de apresentação das Cartas-Propostas ou dos Requerimentos de Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do Art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

**6.2** - O CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Organização Civil de Saúde (OCS) ou o Profissional de Saúde Autônomo (PSA), por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal e trabalhista daquela entidade ou prestador do serviço.

**6.3** - A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**6.3.1** - A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**6.4** - O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas necessárias estabelecidas no Art. 55 da Lei 8.666/1993.

**6.5** - O contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**6.6** - O CREDENCIADO dará início aos serviços na data da assinatura do contrato ou em data posterior, devidamente notificada ao CONTRATADO.

**6.7** - Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**6.8** - Os contratos poderão ser prorrogados a cada 12 (doze) meses, **até o limite de 60 (sessenta) meses**, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

**6.9** - O CREDENCIANTE providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

## **7. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**7.1** - As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais abaixo registradas.

**7.2** - A CREDENCIADA fornecerá medicamentos, materiais descartáveis e penso, órteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e necessários para a execução do contrato.

**7.2.1** - As OPME e os Medicamentos/Materiais de Alto Custo serão fornecidos pela CREDENCIADA, prioritariamente, ou pela CREDENCIANTE, mediante negociação e autorização do CREDENCIANTE:

**7.2.1.1** - Caso sejam fornecidos pela CREDENCIADA, esta deverá apresentar ao 2º Batalhão de Engenharia de Construção 3 (três) orçamentos de fornecedores próprios da Credenciada, que serão submetidos a lisura/auditoria prévia do CREDENCIANTE, que após autorizados, serão pagos à Credenciada, com margem de comercialização de até **15%** (Quinze por cento), mediante autorização prévia do CREDENCIANTE;

**7.2.1.2** - As OPME especificadas no PACOTE contido no **Anexo "L"** contempla acréscimo de margem de comercialização.

**7.2.1.3** - Os valores terão sempre como referência os valores dos produtos nacionais;

**7.2.2** - Nos casos de emergência, onde a compra prévia do medicamento ou material não se mostre possível – necessidade não planejável a ser empregada em procedimento médico em curso, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa comprometer a segurança de pessoas, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, o fornecimento poderá ser realizado por parte do próprio CREDENCIADO, com observância das regras postas no contrato;

**7.2.2.1** - O justo valor, mediante apresentação de Nota Fiscal, dos serviços prestados pelo uso desse material ou aparelhagem será incluído, ao final do tratamento, na conta do paciente e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE;

**7.2.2.2** - Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional e medicamento utilizados por parte do CREDENCIADO no atendimento do paciente, inclusive sangue e seus componentes, serão providenciados, cobertos estes custos por conta do mesmo, com observância das regras postas no Edital; e

**7.2.2.3** - O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de Nota Fiscal e das Etiquetas (quando for o caso), ao final do tratamento, na conta do paciente, e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE.

**7.2.3** - Sangue e Hemoderivados serão fornecidos pelo CREDENCIADO ou Centro de Hemoterapia credenciado com o FUSEx, com observância das regras postas no contrato.

**7.3** - Nos contratos cujo objeto refere-se aos tratamentos de fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional devem-se respeitar as 8 (oito) sessões por área, em um período de 30

(trinta) dias, bem como o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para o total do tratamento, conforme estabelece o Art. 38 da Portaria nº048-DGP/2008.

**7.4** - Nos contratos cuja especialidade seja psicoterapia, limitam-se a 2 (duas) sessões em um período de 30 (trinta) dias, podendo, em casos excepcionais, ser autorizada a realização de 4 (quatro) sessões no mesmo período, mediante justificativa formalizada do profissional prestador do serviço, desde que homologada por médico do FUSEx, bem como o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para o total do tratamento, conforme estabelece o Art. 38 da Portaria nº 048-DGP/2008.

**7.5** - Nos contratos a que se referem os subitens **7.3** e **7.4** anteriores fica fixado em **50 (cinquenta) minutos o tempo mínimo de duração de cada sessão**, conforme estabelece o Art. 39 da Portaria nº 048-DGP/2008.

**7.6** - O CREDENCIADO é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução deste contrato.

**7.7** - O CREDENCIADO deverá considerar o prazo de 30 (trinta) dias para os casos de RETORNO DE CONSULTAS ambulatoriais, contados da data do atendimento inicial.

**7.8** - Os procedimentos sujeitos a Parecer de Comissão Ética Médica e de Serviço de Auditoria Médica da Unidade Gestora do FUSEx (FUSEx/2º BEC) são os a seguir enumerados:

**7.8.1** - Por parte do FUSEx/2º BEC, nos termos da Portaria nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38):

**7.8.1.1** - Cirurgia de lipoaspiração;

**7.8.1.2** - Cirurgia corretiva nasal;

**7.8.1.3** - Cirurgia corretiva de mama;

**7.8.1.4** - Cirurgias plásticas corretivas em geral;

**7.8.1.5** - Cirurgia eletiva para a colocação de próteses corretivas não odontológicas;

**7.8.1.6** - Cirurgia corretiva de desvios da visão;

**7.8.1.7** - Cirurgia de transplantes de órgãos;

**7.8.1.8** - Colocação eletiva de próteses não odontológicas;

**7.8.1.9** - Gastroplastia;

**7.8.1.10** - Cirurgia de recanalização de laqueadura tubária;

**7.8.1.11** - Terapia fotodinâmica para pacientes com degeneração muscular (utilizando-se "*Visudyne*");

**7.8.1.12** - Tratamento de apneia do sono com aparelho CPAP ("*Continuous Positive AirwayPressure*");

**7.8.1.13** - Outros procedimentos e tratamentos, a critério do Chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército Brasileiro, ouvida a Diretoria de Saúde do Exército;

**7.8.1.14** - Tratamento e manutenção ortodônticos, acima de 16 (dezesesseis) anos, nos casos de discrepância ósseo-dentária no arco inferior ou superior, igual ou superior a oito milímetros (falta do espaço ou apinhamento dental); sobre mordida (*over-bite*) exagerada, nos casos em que houver interferência dos dentes anteriores na mucosa do maxilar superior; transpasse horizontal (*over jet*) no arco superior em relação ao arco inferior, igual ou superior a dez milímetros; e mordida cruzada anterior; e

**7.8.1.15** - Implantodontia.

**7.8.2** - Por parte da PASS, conforme a Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57):

**7.8.2.1** - Cirurgia de lipoaspiração;

**7.8.2.2** - Cirurgia corretiva nasal;

**7.8.2.3** - Cirurgia corretiva de mama;

**7.8.2.4** - Cirurgias plásticas corretivas em geral;

**7.8.2.5** - Cirurgia eletiva para colocação de prótese corretiva não odontológica;

**7.8.2.6** - Cirurgia corretiva de desvios da visão;

**7.8.2.7** - Cirurgia de transplante de córnea e rins (considerando o acompanhamento clínico ambulatorial no período de internação do receptor e do doador e o pós-transplante);

**7.8.2.8** - Colocação eletiva de próteses não odontológicas;

**7.8.2.9** - Gastroplastia;

**7.8.2.10** - Cirurgia de recanalização de laqueadura tubária;

**7.8.2.11** - Terapia fotodinâmica para pacientes com degeneração muscular (utilizando-se "Visudyne");

**7.8.2.12** - Procedimentos constantes na RN nº 167/2008, da ANS, e não constantes da Tabela da Associação Médica Brasileira/92 ou do Anexo "C" da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57); e

**7.8.2.13** - Outros procedimentos e tratamentos, a critério do Chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, ouvida a Diretoria de Saúde do Exército.

**7.8.3** - Quanto aos subitens **7.8.1.14** e **7.8.1.15**, o parecer será proferido por comissão nomeada pela UG/FUSEx e formada por, no mínimo, 3 (três) Dentistas do FUSEx, cuja manifestação dependerá de homologação do Dirigente da UG/FUSEx.

**7.9** - Os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos (ZM2) nem financiados (ZM1), sendo vedada a implantação das despesas, são os a seguir enumerados:

**7.9.1** - Por parte do FUSEx, nos termos da Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38):

**7.9.1.1** - Procedimento de natureza estética, inclusive cirurgia plástica estética de embelezamento;

**7.9.1.2** - Aquisição de artigos por importação, quando houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento;

**7.9.1.3** - Aquisição de óculos e artigos correlatos;

**7.9.1.4** - Hospitalização que objetive, especificamente, os seguintes tratamentos:

**7.9.1.4.1** - Gerontológico, enquanto o Exército não dispuser de um centro gerontológico em pleno funcionamento;

**7.9.1.4.2** - De portadores de necessidades educativas especiais, exceto quando acometidos por patologias comuns à população em geral.

**7.9.1.5** - Tratamento médico ou odontológico cuja eficiência não seja reconhecida pelos conselhos federais de medicina e odontologia;



**7.9.1.6** - Tratamento e manutenção ortodônticos, acima de 16 (dezesesseis) anos, exceto nos casos com parecer favorável da comissão referida no **subitem 7.8.3** anterior, nas hipóteses do subitem **7.8.1.14**;

**7.9.1.7** - Implantodontia, exceto nos casos com parecer favorável da comissão referida no subitem **7.8.3**;

**7.9.1.8** - Elemento odontológico a ser implantado e material para enxertia;

**7.9.1.9** - Procedimento e componente odontológico realizado em laboratórios ortodônticos ou de próteses odontológicas (exemplo: prótese e aparelho ortodôntico), exceto em OMS;

**7.9.1.10** - Implante hormonal;

**7.9.1.11** - Teste de DNA;

**7.9.1.12** - Tratamentos de infertilidade, fecundação e fertilização;

**7.9.1.13** - No que diz respeito à assistência domiciliar:

**7.9.1.13.1** - Despesas decorrentes da utilização por parte do paciente de medicamentos de tratamento prolongado ou para doenças crônicas, nos termos da Portaria nº 281-DGP/2007 (IR 30-56), cuja natureza não tenha relação específica com o atendimento de caráter médico-domiciliar;

**7.9.1.13.2** - Tratamentos de natureza geriátrica ou gerontológica; e

**7.9.1.13.3** - Beneficiários do FUSEx/PASS que estejam recebendo auxílio-invalidez.

**7.9.1.14** - Outros procedimentos e tratamentos, a critério do Chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, ouvida a Diretoria de Saúde do Exército.

**7.9.2** - Por parte da PASS, conforme a Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57):

**7.9.2.1** - atendimentos ambulatoriais, internações hospitalares e atendimentos obstétricos **não** previstos no rol de Procedimentos Básicos da Resolução CONSU nº 12, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de novembro de 1998, e na Resolução Normativa nº 167, da ANS, de 9 de janeiro de 2008;

**7.9.2.2** - atendimentos básicos fisioterápicos e farmacêuticos, bem como psicológicos, **não** previstos na Resolução CONSU nº 11, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de novembro de 1998;

**7.9.2.3** - atendimentos odontológicos **não** constantes da Resolução Normativa nº 154, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de 5 de junho de 2007 - Atualiza o Rol de Procedimentos Odontológicos e dá outras providências;

**7.9.2.4** - Tratamento médico ou odontológico cuja eficiência **não** seja reconhecida pelos conselhos federais de medicina e odontologia ou tratamento clínico ou cirúrgico experimental;

**7.9.2.5** - Especialidades médicas não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

**7.9.2.6** - Atendimentos prestados antes do início do período de vigência ou do cumprimento de carências;

**7.9.2.7** - Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, inclusive cirurgia plástica estética, órteses e próteses para o mesmo fim;

**7.9.2.8** - Inseminação artificial;

**7.9.2.9** - Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

**7.9.2.10** - Tratamentos em centros de saúde pela água (SPA), clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, casas sociais e clínicas de idosos;

**7.9.2.11** - Fornecimento de medicamentos nacionais ou nacionalizados, exceto durante a internação hospitalar do beneficiário;

**7.9.2.12** - Aquisição de artigos por importação;

**7.9.2.13** - Fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

**7.9.2.14** - Fornecimento de órteses, próteses e seus acessórios não ligados ao ato e técnica cirúrgicos indicados;

**7.9.2.15** - Órtese ou prótese não odontológica acima do valor máximo estabelecido por parte do DGP;

**7.9.2.16** - Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

**7.9.2.17** - Em caso de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;

**7.9.2.18** - Aplicação de vacinas preventivas;

**7.9.2.19** - Necropsias, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;

**7.9.2.20** - Aquisição de óculos e artigos correlatos;

**7.9.2.21** - Aparelhos ortopédicos;

**7.9.2.22** - Aluguel de equipamentos hospitalares e similares;

**7.9.2.23** - Procedimentos, exames ou tratamentos realizados no exterior;

**7.9.2.24** - Despesas hospitalares extraordinárias tais como telefonemas, uso de televisão, alimentação não prevista no tratamento, lavagem de roupas e indenização de danos;

**7.9.2.25** - Enfermagem em caráter particular;

**7.9.2.26** - Estadia de paciente ou acompanhante em hotel, pensão ou similares;

**7.9.2.27** - Avaliações pedagógicas;

**7.9.2.28** - Orientações vocacionais;

**7.9.2.29** - Psicoterapia com objetivos profissionais;

**7.9.2.30** - Diárias hospitalares com a parturiente em condições de alta quando da manutenção da internação do recém-nascido patológico;

**7.9.2.31** - Colocação de idosos em asilos;

**7.9.2.32** - Tratamento e manutenção ortodônticos;

**7.9.2.33** - Tratamentos de implantodontia;

**7.9.2.34** - Elemento odontológico a ser implantado e material para enxertia;

**7.9.2.35** - Próteses odontológicas de qualquer tipo;

**7.9.2.36** - Procedimento e componente odontológico realizado em laboratórios ortodônticos ou de próteses odontológicas (exemplo: prótese e aparelho ortodôntico);

**7.9.2.37** - Transplantes ósseos e implantes odontológicos;

**7.9.2.38** - Restaurações utilizando porcelana;

**7.9.2.39** - Restaurações utilizando resina fotopolimerizável em dentes posteriores somente para fins estéticos;

**7.9.2.40** - Hospitalização que objetive, especificamente, os seguintes tratamentos:

**7.9.2.40.1** - Gerontológico, enquanto o Exército não dispuser de um centro gerontológico em pleno funcionamento; e

**7.9.2.40.2** - De portadores de necessidades educativas especiais, exceto quando acometidos por patologias comuns à população em geral;

**7.9.2.41** - Implante hormonal;

**7.9.2.42** - Teste de DNA;

**7.9.2.43** - Tratamentos de infertilidade, fecundação e fertilização;

**7.9.2.44** - Transplantes de órgãos, exceto o constante no Art. 15, inciso XIV do § 2º, da Portaria nº 117-DGP/2008 (IR 30-57);

**7.9.2.45** - No que diz respeito à assistência domiciliar:

**7.9.2.45.1** - Despesas decorrentes da utilização por parte do paciente de medicamento de tratamento prolongado ou para doenças crônicas, nos termos da Portaria nº 281- DGP/2007 (IR 30-56), cuja natureza não tenha relação específica com o atendimento de caráter médico-domiciliar;

**7.9.2.45.2** - Tratamentos de natureza geriátrica ou gerontológica; e

**7.9.2.45.3** - Beneficiários que estejam recebendo Auxílio-Invalidez.

## **8. DO PREÇO REGRAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1** - Os serviços credenciados serão remunerados na forma de pacote ou de acordo com as tabelas, índices, e valores estabelecidos na "Tabela Referencial de Preços do FUSEx/2º BEC" no **ANEXO "L"**. O pagamento será feito inicialmente em concordância com a relação de pacotes constantes no Referencial, sendo que os serviços não empacotados serão pagos de acordo com as tabelas e índices apresentados no mesmo Referencial.

**8.2** - A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços, conquanto os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote correspondam aos valores estabelecidos nas tabelas, índices e valores constantes no Termo de Referência (**Anexo L**);

**8.3** - Constam dos anexos contratuais, referidos deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade;

**8.4** - É vedado ao CREDENCIADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx/PASS, qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos valores constantes das Tabelas acima pactuadas, que serão pagos pelo CONTRATANTE, **salvo a diferença relativa ao direito do beneficiário do FUSEx/PASS de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em OCS.**

**8.4.1** - Neste caso, a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção será paga integralmente pelo titular junto ao CONTRATADO; e

**8.4.2** - Ao fazer esta opção junto a OCS, o beneficiário deverá assinar, em conjunto com o responsável pela OCS, o Termo de Ajuste Prévio **Anexo "W"** – anexo aos termos de contrato, tanto referente à melhoria do padrão de acomodação quanto com o médico assistente ou cirurgião-dentista, que também deverá assinar o termo.

**8.5** - O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CREDENCIADO.

**8.6** - Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CREDENCIADO, na Conta Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

**8.7** - A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome do 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, para a UG Primária **CNPJ nº 07.549.168/0001-08, ou para a UG Secundária CNPJ 07.549.168/0002-80**, da qual deverá constar o **número da Nota de Empenho** correspondente e os dados bancários do CREDENCIADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

**8.7.1** - A **Nota Fiscal**, quando solicitada pelo FUSEx/2º BEC (Setor de Empenho) **deverá ser enviada pela OCS/PSA no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, contados da data da solicitação do CONTRATANTE.

**8.8** - Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

**8.9** - Sobre o valor devido ao CREDENCIADO, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa nº 480-SRF, de 15 de dezembro de 2004.

**8.10** - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**8.11** - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.12** - O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, por meio do Setor de Lisura do Posto Médico de Guarnição de Teresina (FUSEx/2º BEC), e o pagamento das despesas constantes das notas fiscais, na medida em que estas forem apresentadas, sendo vedada a acumulação das mesmas para providências posteriores sem motivo justificado.

**8.13** - Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO.

**8.14** - A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO.

**8.15** - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CONTRATADO será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

**8.16** - É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

## **9. DO REAJUSTE**

**9.1** - A Administração poderá apresentar nova proposta de valores praticados a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes, em estrita observância às regras abaixo:

**9.1.1** - Os índices de Coeficientes de Honorários (CH) e a Tabela Referencial de Custos de Serviço de Saúde do FUSEx/PASS do 2º Batalhão de Engenharia de Construção - **ANEXO "L"** poderão ser reajustados de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE (IPCA/IBGE);

**9.1.2** - Caso o fator de atualização citado no subitem acima seja extinto, passará a vigorar aquele que for determinado pelo Governo Federal em sua substituição; e

**9.1.3** - Enquanto durar o processo de negociação de reajuste de preços não cabe à CONTRATADA o direito de suspensão do atendimento aos beneficiários da CONTRATANTE.

**9.2** - Os valores reajustados deverão entrar em vigor no dia imediatamente posterior ao transcurso de 12 (doze) meses da publicação da proposta prévia de valores praticados por parte da Administração, independentemente da data de publicação da nova proposta, e serão aplicáveis, mediante simples apostila, a todos os contratos em vigor.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

**10.1** - O CREDENCIANTE obriga-se a:

**10.1.1** - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

**10.1.2** - As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEx/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o Art. 80 da Portaria nº 48-DGP/2008 e Art. 18, § 2º, da Portaria nº 117-DGP/2008 (IR 30-57).

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS**

### **11.1 - O CREDENCIADO obriga-se a:**

**11.1.1** - Indicar formalmente à Administração o preposto e/ou responsável pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;

**11.1.2** - Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;

**11.1.3** - Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CREDENCIANTE;

**11.1.4** - Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

**11.1.5** - Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços;

**11.1.6** - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

**11.1.7** - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

**11.1.8** - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,

**11.1.9** - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente edital.

**11.1.9.1** - Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço; e

**11.1.9.2** - A Administração poderá conceder um prazo de até 90 (noventa) dias para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

## **12. DAS SANÇÕES**

**12.1** - Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CREDENCIADO estará sujeito à multa de 3% (três por cento) sobre o valor da última fatura paga por ocorrência, aplicada na forma prevista no Art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

**12.1.1** - A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

**12.2** - O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

**12.2.1** - Advertência;

**12.2.2** - Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da última fatura paga por ocorrência.

**12.2.3** - Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da última fatura paga por ocorrência;

**12.2.4** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Comando do Exército Brasileiro**, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

**12.2.5** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**12.3** - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

**12.3.1** - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**12.3.2** - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento; e

**12.3.3** - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**12.4** - As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**12.5** - A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**12.6** - As sanções previstas nos **subitens 12.2.1, 12.2.4 e 12.2.5** poderão ser aplicadas juntamente com a dos **subitens 12.2.2 e 12.2.3**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**12.7** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**12.8** - As demais sanções são de competência exclusiva do Comandante/Ordenador de Despesas do 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

### **13. DA RESCISÃO**

**13.1** - Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no Art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

**13.1.1** - Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

**13.1.1.1** - Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

**13.1.1.2** - Interrupção dos trabalhos por parte do CREDENCIADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

**13.1.1.3** - Atraso injustificado no início dos serviços;

**13.1.1.4** - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CREDENCIADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

**13.1.1.5** - Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

**13.1.1.6** - Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do Art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

**13.1.1.7** - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;

**13.1.1.8** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

**13.1.1.9** - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinado o contratante, exarada no processo administrativo a que se refere o contrato;

**13.1.1.10** - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e

**13.1.1.11** - Descumprimento do disposto no Art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**13.1.2** - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSEx/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**13.1.2.1** - Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

**13.1.3** - Por rescisão judicial promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

**13.1.3.1** - A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

**13.1.3.2** - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao credenciado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e

**13.1.3.3** - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao credenciado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, desde que não tenha contribuído, mesmo que parcialmente, para o atraso.

**13.2** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

**13.3** - O Comando do 2º Batalhão de Engenharia de Construção poderá, no curso do processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no **subitem 13.1.3.2**.



**13.4** - Quando a rescisão ocorrer com base nos **subitens 13.1.1.9, 13.1.1.10 e 13.1.3**, sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

**13.4.1** - Devolução de garantia;

**13.4.2** - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

**13.4.3** - Pagamento do custo da desmobilização.

**13.5** - A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

**13.5.1** - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

**13.5.2** - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**13.6** - É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

**13.7** - Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.

**13.8** - A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

**13.9** Excepcionalmente, em caso de credenciamento, as relações contratuais permanecerão vigentes exclusivamente em relação aos pacientes internados durante o período necessário a sua alta hospitalar ou a sua transferência sem riscos, para outra OCS credenciada ou organização militar de saúde do exército.

## **14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**14.1** - Dos atos da Administração referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no Art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

**14.1.1** - O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

**14.2** - Os recursos deverão ser protocolados na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, na Av. Frei Serafim, 2833, Centro, Teresina-PI, Telefone/Fax (86) 3131-4584.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES**

**15.1** - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital até 5 (cinco) dias úteis após a data da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial da União, Jornal de Circulação no Estado do Piauí ou Jornal de Circulação no Município ou Região da prestação do serviço.

**15.2** - Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) do 2º Batalhão de Engenharia de Construção.

**15.3** - Caberá à Comissão de Licitação julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

**15.4** - Os pedidos de informações poderão ser encaminhados à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) do 2º Batalhão de Engenharia de Construção.

## **16. DOS FORMULÁRIOS (MODELOS DE DOCUMENTOS)**

**16.1** - Os modelos de documentos do FUSEx, para os diversos fins a que se destinam, são os relacionados no **item 1.3 (página 5)** deste Edital.

**16.2** - Todos os campos do Boletim de Atendimento de Urgência/Emergência são de preenchimento obrigatório por parte da OCS Credenciada, sem conter emendas, rasuras ou correções de qualquer natureza.

**16.2.1-** O Boletim de Atendimento de Urgência deverá ser enviado ao Posto Médico do FUSEx no **prazo de até 2 (dois) dias úteis**, contados do dia imediato à data da ocorrência do atendimento, já constando anexada a planilha com o fechamento total e definitivo da conta do paciente, para fins de emissão da Guia de Encaminhamento, a cargo do FUSEx, e, em seguida, o respectivo faturamento da conta que será protocolada junto ao FUSEx, a cargo da OCS.

**16.2.2** - Para o atendimento de urgência, cuja situação do paciente evoluir para internação hospitalar, **não poderá haver 2 (dois) Prontuários** para o paciente, pois a necessidade de ser hospitalizado deverá ser considerada como evolução clínica do paciente, indicando a continuidade do atendimento iniciado em caráter de urgência.

**16.2.2.1** - Se houver tempo de permanência em ambiente hospitalar, na condição de paciente **"em observação médica"**, o período prescrito nesta situação não poderá ser considerado como interrupção da continuidade do tratamento oriundo do atendimento de urgência, ou seja, se o paciente for atendido de urgência, ficar em observação e evoluir para internação, neste caso, então, não deverá ser aberto outro prontuário. O prontuário deverá ser o mesmo que registrou os procedimentos realizados no ato do atendimento de urgência e durante o período da observação.

**16.2.2.2** - Caso o atendimento de urgência evolua para a necessidade de hospitalização, de natureza continuada entre ambos, esta situação deverá ser comunicada obrigatoriamente ao FUSEx (Posto Médico/2º BEC), no **prazo de até 24 horas** após a efetivação da ocorrência da internação, a fim de ser designada imediatamente a visita do Médico Auditor do FUSEx junto à OCS, para o cumprimento das providências regulamentares decorrentes e a emissão do devido relatório de auditoria que esta ocorrência requer.

**16.2.2.2.1** - O comunicado ao FUSEx, com o **Pedido de Autorização para Internação** do beneficiário atendido em regime de urgência/emergência conforme o formulário indicado pelo **Anexo "W"** deste edital, **deverá ser enviado ao FUSEx/2º BEC no prazo de até 12 (doze) horas** após a indicação do médico assistente da OCS que efetuar o atendimento;

**16.2.2.2.1.1** - Se a prescrição médica for para internação de emergência, com indicação direta para UTI, a internação deverá ser executada imediatamente, sem prejuízo da obrigação e prazo indicados no **item 16.2.2.2.1**.

**16.2.2.2.2** - Para a comunicação ao FUSEx e o envio do Pedido de Autorização para Internação, a OCS deverá usar o seguinte meio: Correio Eletrônico (e-mail)

**auditoriafusex2016@gmail.com**, ferramenta de uso exclusivo para as necessidades de autorização das OCS credenciadas com o FUSEx, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

**16.3 - Os Anexos "T, U e V"** se destinam à autorização do Médico do FUSEx para a realização de consulta de urgência em OCS, com a emissão de Boletim de Atendimento de Urgência, ou para a realização de exame de urgência em OCS, sem a emissão de Boletim de Atendimento de Urgência, visando, nesta última situação, subsidiar a conclusão do atendimento do paciente pelo Médico do FUSEx, no Posto Médico de Guarnição de Teresina/2º BEC.

**16.3.1 -Anexo T:** Ficha de Autorização para Consulta e/ou Realização de Exame de Urgência em OCS, com cobertura pelo sistema do FUSEx;

**16.3.2- Anexo U:** Ficha de Autorização para Consulta e/ou Realização de Exame de Urgência, com cobertura pelo sistema do FATOR DE CUSTO.

**16.3.3 -Anexo V:** Ficha de Autorização para Consulta e/ou Realização de Exame de Urgência, com cobertura pelo sistema da PASS; e

**16.4 - Os Mapas de Entrega de Faturas no FUSEx** deverão ser apresentados no Posto Médico do FUSEx/2º BEC, com Ofício de encaminhamento (datado e assinado), ao Gestor do FUSEx.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1 - A qualquer tempo o CREDENCIANTE**, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnico-operativa.

**17.2 - No caso de instituições hospitalares**, o CREDENCIADO obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

**17.2.1 - Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;**

**17.2.2 - Identificação do usuário junto ao setor de admissão do CREDENCIADO** onde estiver sendo assistido;

**17.2.3 - Visita ao paciente com observação crítica de seu estado**, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;

**17.2.4 - Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s)**, sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;

**17.2.5 - Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar;**

**17.2.6 - Auditoria das faturas médico-hospitalares**, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar; e

**17.2.7 - Participação presencial do médico auditor do FUSEx/2º BEC** nas execuções dos procedimentos de médio e alto custo, principalmente naqueles com previsão de uso de OPME,

**17.3 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado**, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**17.4 - É facultada a autoridade competente**, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

**17.5** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**17.6** - Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no 2º Batalhão de Engenharia e Construção.

**17.7-** A regularidade das OCS/PSA no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos termos do Decreto nº 3.722, de 09/01/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25/11/2002, será confirmada por meio de consulta ON-LINE no ato da abertura do credenciamento e das sucessivas prorrogações do contrato, se houver.

**17.8-** A OCS ou PSA contratada deverá manter seu cadastro no SICAF permanentemente atualizado.

**17.9** - As OCS/PSA somente serão credenciadas/contratadas após vistoria técnica, agendada com antecedência, por um oficial do Quadro de Saúde do Exército, designado pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, para avaliação das condições necessárias à satisfação do objeto deste Edital.

**17.10-** As OCS contratadas ficam obrigadas a manter o FUSEx informado com relação à composição quantitativa e qualitativa do seu corpo clínico, por especialidade, atualizando esta informação pelo menos um vez por ano, conforme a necessidade e a solicitação da administração do CONTRATANTE.

**17.11** - As OCS/PSA contratadas não podem receber beneficiários do FUSEx, PASS ou FATOR DE CUSTO para atendimento eletiva sem a devida apresentação da Guia de Encaminhamento (GE) emitida pelo FUSEx, exceto nos casos de urgência/emergência.

**17.11.1** - Além da Guia de Encaminhamento, no ato do atendimento ao beneficiário, a OCS/PSA contratada deverá identificar o portador da GE, mediante a apresentação obrigatória do Cartão do FUSEx ou da PASS e da Carteira de Identidade.

**17.12** - Para as situações em que o beneficiário procurar o Pronto-Atendimento da OCS contratada para **Atendimento de Urgência Clínica**, ou seja, buscar consulta médica sem o prévio encaminhamento do FUSEx, sendo o motivo da consulta uma causa clínica sem risco eminente à saúde, a CONTRATADA, ao efetuar o atendimento, deverá notificar o paciente ou seu responsável que aquele atendimento não pode ser caracterizado ética e tecnicamente como urgência clínica, que o impossibilite dirigir-se eletivamente aos médicos do FUSEx. Neste caso, as despesas serão pagas integralmente pelo beneficiário atendido, por intermédio do FUSEx.

**17.13** - Se em decorrência do atendimento de urgência clínica, a evolução do quadro clínico do beneficiário resultar em **internação não eletiva**, a CONTRATADA deverá fazer contato com o Posto Médico/2º BEC e solicitar a autorização de internação, que será avaliada pelo Médico Auditor ou de Sobreaviso do FUSEx, a quem caberá autorizar os procedimentos.

**17.14-** Para as situações em que o beneficiário necessitar de **Atendimento de Emergência Clínica ou Cirúrgica**, a OCS contratada faz o atendimento e/ou executa o procedimento cirúrgico imediatamente, independente de autorização prévia do FUSEx, comunica a ocorrência ao FUSEx e, no **prazo de até 2 (dois) dias úteis**, envia ao FUSEx o Boletim de Atendimento de Urgência, anexando a este um orçamento com a previsão das despesas para **3 (três) dias de internação**. Caso o paciente receba alta antes dos 3 (três) dias previstos no orçamento inicial, a conta já deverá ser entregue com fechamento final.

**17.15-** A OCS contratada que efetuar **atendimento de urgência** não poderá encaminhar o paciente para fazer exames complementares ou qualquer outro procedimento em outra OCS

contratada, nem mesmo colher o material em suas acomodações e o enviar para análise em outra OCS sem autorização do FUSEx ou sem que esta condição esteja ajustada e regulamentada no contrato. Sendo assim, caso esta terceirização seja autorizada eventualmente pelo FUSEx ou prevista em contrato, as despesas decorrentes deverão ser absolvidas pela OCS onde o paciente está sendo atendido, devendo a conta ser fatura por esta OCS.

**17.16** - Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/1993 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

**17.17** - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião de Notas ou original e cópia para certificação no ato da habilitação junto ao CONTRATANTE.

**17.18-** A CONTRATANTE, ao longo da vigência do contrato, expedirá normas administrativas fundamentando e regulando processo de glosa, tramitação de documentos, autorização para a realização de procedimentos e exames inerentes ao atendimento dos beneficiários do FUSEx/PASS/FATOR DE CUSTO, Serviço de Auditoria Médica do FUSEx, fechamento de conta de paciente (seja por motivo de alta, óbito ou parcial para os internados com mais de dez dias), prazo para apresentação das Guias de Encaminhamento faturadas, prazo para envio de Nota Fiscal para o pagamento de fatura, etc.

**17.19** - As contas dos pacientes internados deverão ser faturadas a cada período de 10 (dez) dias e entregue no FUSEx em até 2 (dois) dias úteis depois do 10º dia de referência da conta.

**17.20** - As contas dos pacientes que receber alta ou sofrer óbito deverão ser faturadas e entregues no FUSEx no prazo de até 3 (três) dias úteis.

**17.21** - As demais contas de outros pacientes decorrentes de Guias Eletivas deverão ser faturadas e entregues no FUSEx no prazo de até 5 (cinco) dias úteis depois da execução do atendimento.

## **18. DO FORO**

**18.1** - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Piauí, em Teresina-PI, com exclusão de qualquer outro, por mais favorável ou privilegiado que seja.

Teresina-PI, 4 de novembro de 2015.

**MARCELO PEREIRA LIMA DE CARVALHO - Coronel**

Comandante e Ordenador de Despesas da 2º Batalhão de Engenharia de Construção